



FIQUE ATENTO

Sindicato vai atualizar lista de bancários incluídos em ação de correção do FGTS

Se você não estiver na lista, informe ao Sindicato. Não sindicalizados têm até esta segunda (10) para se associar e poder ser incluído na ação coletiva2

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar no próximo dia 13 de maio, a ação direta de inconstitucionalidade sobre a correção monetária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A Corte, a princípio, entendeu que a Taxa Referencial (TR) é inconstitucional para cotar precatórios e débitos trabalhistas. Isso porque a TR não tem acompanhado a inflação, trazendo prejuízo para os empregados. Assim, quem trabalhou de carteira assinada entre 1999 e 2013 pode ter direito à correção do FGTS. Para que o trabalhador consiga reaver esse dinheiro será necessário entrar com uma ação. Mas é preciso se atentar para o fato de que a decisão final do STF pode até ser adiada, caso algum ministro da Corte peça vista do processo.



O STF deverá julgar no dia 13 de maio (quinta-feira) a correção do FGTS. Os bancários sindicalizados precisam verificar se estão na lista da ação do Sindicato. Caso não estejam, devem entrar em contato com a entidade sindical para repassar seus dados e ser incluído na ação coletiva

SINDICATO JÁ TEM A AÇÃO

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro ajuizou uma ação em 2019, pleiteando essa correção, incluindo na lista bancários da ativa, aposentados e licenciados que eram sindicalizados. “Vamos divulgar, no site do Sindicato, a lista com os bancários que fazem parte desta ação coletiva de correção do FGTS de 2019, mas atualizada, pois vamos incluir também todos os bancários sindicalizados que não estavam nesta ação, como aqueles que iriam entrar com ação individual, o que não foi feito,

Como se sindicalizar e tirar dúvidas

A sindicalização deve ser feita até segunda-feira (10) pelo site do Sindicato. Já para tirar qualquer dúvida sobre o assunto ou se você é sindicalizado, mas não está na lista, basta enviar mensagem para o email fgts@bancariosrio.org.br.

Muitos bancários aposentados têm ligado reclamando que

assim como acrescentar os novos admitidos e todos demais sindicalizados que não estavam na lista”, explica o diretor e presidente eleito do Sindicato, José Ferreira. Bancários que ainda não são sindicalizados têm até esta segun-

da-feira, dia 10 de abril, para se associar à entidade sindical a fim de fazer parte da ação coletiva.

LIVE VAI TIRAR DÚVIDAS

Para tirar dúvidas dos ban-

cários, o Sindicato vai realizar também uma live nesta quinta-feira (6), às 19h, afim de detalhar mais sobre o assunto.

“O Sindicato já tem esta ação de reposição das perdas do FGTS que representa os sindicalizados. Os bancários e bancárias devem conferir se estão nesta lista, deverá entrar em contato imediatamente conosco comprovando sua sindicalização para incluímos na lista da ação. Quem ainda não se sindicalizou tem até esta segunda-feira (10) para se associar e também fazer parte da ação coletiva”, afirma a presidenta do Sindicato Adriana Nalesso.

Assembleia virtual nesta quarta (5) vai deliberar sobre CCV no Itaú

Funcionários do Itaú podem participar da assembleia, das 9h às 20h, para decidir sobre proposta de renovação do Acordo Coletivo que regulamenta a Comissão de Conciliação Voluntária (CCV), com duração de dois anos. O link estará disponível no site do Sindicato.

Debate racial

O Secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT e diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Almir Aguiar, participa nesta sexta-feira (7), às 19 horas, da live “Movimentos Antirracistas no Brasil - Luta pela Igualdade Racial no Trabalho”. O evento é organizado pela Democratic Socialists of America (Socialistas Democráticos da América), organização política de orientação social democrata e trabalhista nos EUA. Anatalina Lourenço, secretária de Combate ao Racismo da CUT Nacional, também participa do debate. A inscrição é feita no seguinte link: yurl.com/brazilactivistseries7

Edital de Assembléia Extraordinária Específica do Itau Unibanco

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os trabalhadores bancários que prestam serviços para o conglomerado do BANCO ITAU UNIBANCO S.A., sócios ou não sócios, que atuam na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 09:00 horas até às 20:00 horas do dia 05 de maio de 2021, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação acerca da seguinte pauta: Discussão e deliberação sobre a proposta e renovação do Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta a Comissão de Conciliação Voluntária - CCV, com vigência de dois anos, a ser celebrado com o conglomerado do Banco Itaú Unibanco.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2021

Adriana da Silva Nalesso
Presidenta

Funcionários alertam sobre tramitação de projeto de privatização do BB

Na semana passada, bancários do Banco do Brasil entraram em contato com a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) e com a Contraf-CUT, alertando sobre uma movimentação na tramitação do projeto de lei 461, do deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), que inclui o BB no Programa Nacional de Desestatização (privatização) do governo Bolsonaro. O PL foi ‘apensado’ ao projeto de lei 3091, o que aconteceu por serem assuntos relacionados entre si.

O secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT, Jeferson Meira, o Jefão, responsável pelo acompanhamento de tramitações de interesse da categoria, explicou que pelas normas da Câmara dos Deputados, projetos de lei mais recentes que tratem de uma mesma questão são apensados ao mais antigo para tramitarem em conjunto. Caso um dos PLs já tenha sido aprovado pelo Senado, encabeçará a lista, tendo prioridade sobre os da Câmara. Quando há movimentação na tramitação, o relator analisa a todos, dando um único parecer. Se usar partes de mais de um projeto, faz um substitutivo ao original, podendo, ainda, indicar a aprovação de um apensado e a rejeição dos demais.

O dirigente frisou ter sido muito positivo receber os alertas, o que mostra que os funcionários estão atentos para evitar a aprovação de uma proposta que pode levar à privatização do banco. “Mesmo se tratando de um apensamento, estamos acompanhando a movimentação para fornecer subsídios aos deputados e senadores, para que eles vejam o absurdo da propositura e a rejeitem”, completou.

Explicou que o PL 461/2021, do deputado Kim Kataguirí (DEM-SP) foi apensado ao PL 3091/2019, do deputado Danilo Cabral (PSB-PE), que tinha sido apensado ao PL 6490/1996, da deputada Angela Albino (PCdoB-SC), que já havia sido apensado ao PL 2728/1989, do Senado Federal. “O Kim Kataguirí, infelizmente, desconhece o trabalho árduo dos funcionários e das funcionárias, assim como da



O Sindicato convoca os funcionários do BB a intensificarem a luta contra a privatização

importância do BB para o país e para os brasileiros”, criticou Jefão.

ALERTA TOTAL

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga lembrou que são projetos que tratam do mesmo tema, mas alguns deles se contrapõem. “E, neste sentido, é bom que a categoria esteja atenta para pressionar o deputado que for escolhido para a relatoria. Estes alertas de agora não são apenas para os sindicatos, mas também para o relator ver que se fizer alguma proposta de privatização do banco pode não passar impune pelo julgamento dos trabalhadores na próxima eleição”, afirmou.

Para a Conselheira Representante dos Funcionários (Caref) no Conselho de Administração do Banco do Brasil, Débora Fonseca, as muitas mudanças recentes no comando e no Conselho de Administração do Banco do Brasil podem ter ligação com a reação dos bancários. “Naturalmente ficaram mais receosos e atentos por perceberem que o PL 461/2021 foi apensado a outros que tramitam. E essa reação é muito importante para demonstrar ao governo que, caso se enverede por esse caminho de ataque e privatização, será cobrado e pressionado não só pelos funcionários mas por diversos setores da sociedade que dependem do apoio do Banco do Brasil para o desenvolvimento de suas atividades”, advertiu.

Paizão bancário em maio



A Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato vai realizar mais uma versão do curso “Paternidade Responsável”. A certificação é necessária para que os bancários possam desfrutar do

direito à ampliação da licença paternidade para 20 dias, incluído na Convenção Coletiva da categoria (CCT). As aulas serão ministradas nos dias 18 e 19 de maio (as datas caem numa terça e quarta-feira), mais uma vez por videoconferência, por medida de segurança e prevenção à Covid-19.

Os papais bancários já podem entrar em contato pelos telefones (21) 2103-4165/4170 ou através do email politicassociais@bancariosrio.org.br para garantir a sua vaga.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Ilustração:** Mariano - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0**

ESTADO DE GREVE

Adesão à paralisação na Caixa é resposta dos empregados ao desmonte e projeto privatista

Os empregados da Caixa Econômica Federal realizaram na terça-feira, 27 de abril, uma paralisação nacional de 24 horas. A atividade foi uma resposta dos trabalhadores ao desmonte da empresa imposto pela direção do banco e a abertura de capital da Seguridade. Os bancos privados estão de olho na lucratividade da subsidiária do banco, que tem a terceira maior participação no mercado de seguros do Brasil, com uma fatia que representa cerca 13,5% do mercado. As ações da Caixa Seguridade estrearam na Bovespa, na última quinta, 29 de abril, agradando aos especuladores e investidores e os papéis de seguro e previdência subiram 6,3%. Isto mostra que é o grande capital que está por trás da tentativa de privatização dos bancos públicos.

A FORÇA DO MOVIMENTO

A paralisação em todo o país é uma resposta da categoria ao projeto privatista do ministro da Economia e banqueiro, Paulo Guedes.

No Rio, foram paralisadas todas as unidades da Avenida Rio Branco, no centro financeiro da cidade.

“A adesão dos empregados foi total e até trabalhadores em home office participaram da paralisação. Tivemos também o apoio da população. Os bancários estão compreendendo perfeitamente os riscos desta abertura de capital, os interesses privados que estão por trás disto, e demos uma resposta de unidade e de que vamos lutar



O Sindicato avaliou como muito positiva a adesão dos empregados da Caixa a greve de 24 horas, mas alerta que a mobilização precisa continuar

contra todos ataques do Governo Bolsonaro aos bancos públicos e aos direitos dos trabalhadores”, disse o vice-presidente do Sindicato Paulo Matileti. O sindicalista lembrou ainda que a maioria da população é contra a privatização do banco.

“A sociedade percebeu a importância de um banco público durante esta pandemia. Se o auxílio emergencial, FGTS e seguro desemprego dependessem dos bancos privados o povo estaria perdido, à deriva”, explica Matileti.

Pesquisas realizadas no ano passado mostraram que 60,6% dos brasileiros são contra a privatização da Caixa e apenas 39,4% são a favor, mesmo com toda a propaganda da grande mídia em defesa da venda das instituições públicas no Brasil. Já 57,8% disseram ser contra a privatização do Banco do Brasil e 42,2% a favor.

ASSÉDIO MORAL

O diretor do Sindicato Rogé-

rio Campanate denunciou o assédio moral na empresa. “O assédio moral é grande para cumprimento de metas na empresa. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães é incoerente ao dizer que as pessoas ‘estão em primeiro lugar’ e, ao mesmo tempo, impõe metas abusivas em meio a um grande volume de atendimentos, aumentando as aglomerações nas agências. A direção do banco, na prática, sequer cumpre os protocolos suficientes de prevenção à Covid-19 e vacinação dos bancários”, critica”.

PLR JUSTA

Os bancários protestam ainda contra as distorções da direção da empresa no pagamento da PLR. O banco pagou percentuais menores do que o estabelecido em acordo. A gestão do banco fez o pagamento da PLR Social com base na divisão linear entre todos os empregados de 3% do lucro líquido, e não de 4%, como determina o Acordo Coletivo de Traba-

lho (ACT) vigente.

“A distorção no pagamento da PLR Social é mais uma demonstração do desprezo desta diretoria da Caixa para com seus funcionários”, disse Matileti.

MOBILIZAÇÃO CONTINUA

O movimento sindical alerta que a venda de ações da Caixa Seguridade para os empregados é uma cilada do governo para consolidar o projeto de privatização.

“A Caixa quer transformar os empregados em cúmplices da privatização. A estratégia é seduzir o bancário a comprar ações e transformá-lo em agentes da privatização da própria empresa, levando o bancário a fechar o seu próprio posto de trabalho. Estamos alertando que quem aderir à proposta poderá ficar com ações no mercado, mas ficará sem o emprego o que é uma tremenda furada para o trabalhador. A nossa mobilização vai continuar”, completa Matileti.

Sindicato reintegra bancários no Bradesco, BMB e Santander

Em alguns processos, Justiça Trabalhista concede ainda indenizações aos trabalhadores demitidos

Uma nova leva de bancários conseguiu a sua reintegração na Justiça do Trabalho. No Bradesco, no último dia 22, a juíza Gláucia Alves Gomes, da 7ª Vara do Trabalho, determinou a reintegração da bancária Flávia Castro Assafin. A ação foi elaborada pelo advogado Marcelo Coutinho, do Jurídico do Sindicato. Além disto, a magistrada fixou indenização de R\$ 20 mil, por entender que a dispensa causou danos à moral da bancária. A mesma juíza determinou a reintegração do bancário João Cláudio Cabral, demitido em outubro pelo Bradesco. Também em função do banco descumprir o acordo de não dispensar traba-

lhadores durante a crise sanitária. A ação, elaborada pela advogada do Sindicato Cláudia Monassa, também resultou em indenização por danos morais ao funcionário: R\$ 12 mil.

NOVE ANOS NA JUSTIÇA

No BMB (Banco Mercantil do Brasil), o Jurídico do Sindicato conseguiu uma vitória após nove anos de batalha judicial para a reintegração de Andrea de Oliveira Maciel. A decisão pelo retorno ao trabalho foi tomada também no último dia 22 de abril pela juíza Gláucia Alves Gomes, da 7ª Vara do Trabalho. A ação foi elaborada

da pelo advogado do Jurídico do Sindicato, Marcelo Coutinho. O banco ainda foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 100 mil, bem como todos os atrasados – salários, PLRs, FGTS, Previdência Social – com juros e correção monetária, restituição de todos os direitos, como plano de saúde, e retorno ao seu posto de origem.

DECISÃO DO TRT

A desembargadora Mônica Batista Vieira Puglia, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ), determinou a reintegração da bancária Susana Moro Sarmento Maga-

lhães, do Santander, atendendo a mandado de segurança. Com isto, tornou sem efeito a decisão da 4ª Vara do trabalho que havia negado o pedido de retorno ao trabalho, baseado no compromisso assumido pelos bancos de não demitir durante a pandemia do novo coronavírus. O mandado foi elaborado pelo advogado Marcelo Coutinho, do Jurídico do Sindicato. A desembargadora considerou, também, para a sua decisão, o fato da bancária ser, em função do seu trabalho no banco, portadora de doença de fundo psiquiátrico. O fato foi comprovado pela apresentação de licença médica concedida pelo INSS.

A VOLTA POR CIMA

Lula e Dilma criticam tragédia econômica e social e falam em reconstrução do país

Em ato virtual do 1º de maio, ex-presidentes trazem mensagem de esperança aos brasileiros ante um Brasil destroçado pelo desemprego, miséria e mortes pela Covid-19

O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) discursou no encerramento do ato virtual em comemoração ao 1º de Maio Unificado da CUT e demais centrais sindicais: Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical, Pública e CGTB. O petista trouxe uma mensagem de esperança ao povo brasileiro, apesar da tragédia econômica, social e sanitária.

Lula disse confiar no povo brasileiro e criticou o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), “que está destruindo o nosso país”, mas declarou que “o Brasil vai dar a volta por cima”, convocando os brasileiros para uma reconstrução nacional.

“Não podemos perder a esperança por que a primeira coisa que nossos inimigos tentam matar é nossa esperança, e um povo sem esperança está condenado a aceitar migalhas, a ser tratado como gado a caminho do matadouro, como se não houvesse outro jeito”, ressaltou. Falou ainda das experiências exitosas dos governos do PT.

“Nós já provamos que existe outro jeito de governar, que é possível garantir a cada trabalhador e a cada trabalhadora um salário digno, a segurança da carteira assinada, do 13º e as férias remuneradas, para descansar, ou viajar com a família. É preciso acreditar que o Brasil pode voltar a ser um país de todos”, disse o ex-presidente, destacando os números da tragédia econômica brasileira: mais de 20 milhões de desempregados (14,4 milhões procurando emprego e 6 milhões desalentados, que já desistiram de buscar uma chance no mercado de trabalho). Lula criticou a tragédia provocada pela pandemia do novo coronavírus, lembrando que a doença não foi levada a sério pelo atual presidente.

O presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, saudou a unidade das centrais na pauta em defesa da vida, da democracia e do emprego. “É preciso impedir que a fome chegue ainda mais nos lares do povo brasileiro. Esse compromisso é importante, por isso a unidade das centrais foi a coisa mais importante que nós construímos no último período e, tenho certeza que será de fundamental importância para os dias que virão à frente”, afirmou o sindicalista.

Dilma: “catástrofe sanitária e social”

A ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) citou os mortos pela Covid-19 (400 mil vidas perdidas), a crise econômica sem precedentes e o desemprego.

“Vivemos uma catástrofe sanitária social e o país está submetido a um comportamento genocida de um governo que despreza a vida;



Lula criticou as mazelas do Governo Bolsonaro, mas trouxe uma mensagem de esperança, dizendo confiar no povo brasileiro

que revogou direitos dos trabalhadores alcançados ao longo de 13 anos de governos progressistas”, disse, afirmando que a culpa é do atual governo “neoliberal fascista”.

Como Lula, Dilma não perdeu a esperança e defendeu a reconstrução do país.

“A reconstrução tem de começar pela garantia de vacina pública e gratuita para todos, uma renda emergencial digna de no mínimo R\$ 600, a extinção da emenda do teto de gastos e a defesa intransigente da soberania nacional, afirmou Dilma.

Ciro: “novo projeto de desenvolvimento”

Ciro Gomes (PDT) disse que “este 1º de maio, infelizmente, é o do pior momento da história moderna do país, mas que precisa ser também o de maior compromisso de luta e carga de esperança de nossas vidas”. Criticou as ameaças feitas pelo governo Bolsonaro ao movimento sindical e os sucessivos fracassos de governos que, segundo ele, reproduziram o mesmo modelo econômico. Pediu a união de todos os brasileiros e brasileiras em torno de um projeto nacional de desenvolvimento

“Precisamos sair deste círculo vicioso e criarmos, juntos, um novo projeto nacional de desenvolvimento, que reduza a miséria, o desemprego e as desigualdades, criando oportunidades iguais para todos e revolucionando o acesso e a qualidade do ensino, dando aos

filhos dos trabalhadores escolas tão boas ou melhores do que à dos patrões”, disse.

Boulos: “impeachment de Bolsonaro”

Guilherme Boulos (PSOL) defendeu o impeachment de Bolsonaro.

“O povo não aguenta sangrar até 2022. Assim que for possível, nós vamos encher as ruas do Brasil para poder derrotar, de uma vez por todas, este governo genocida”.

Flávio Dino e Manuela: “é hora de lutar”

O governador do Maranhão Flávio Dino e Manuela D’Ávila do PCdoB também criticaram Bolsonaro: “Este governo deixa os vulneráveis jogados à própria sorte. É hora de lutar por impeachment, garantia de vacina e emprego. Derrotaremos Bolsonaro e daremos voz a um Brasil democrático. Viva a luta das centrais”, declarou Manuela.

FHC: “reativação da economia”

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) falou da crise e do desemprego no Brasil.

“Eu diria que a questão fundamental nesse país hoje é reativar a economia de modo tal que ela possa permitir que tenhamos trabalho e renda para as nossas famílias, e educação, que também é fundamental”, disse.